



**RICARDO DE SOUZA LEÃO**

**AS VULNERABILIDADES DOS ATENDIDOS PELO CENTRO  
DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) EM  
RIBEIRÃO VERMELHO, MINAS GERAIS**

**LAVRAS-MG  
2022**

**RICARDO DE SOUZA LEÃO**

**AS VULNERABILIDADES DOS ATENDIDOS PELO CENTRO DE  
REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) EM RIBEIRÃO  
VERMELHO, MINAS GERAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte  
das exigências de Administração Pública para a  
obtenção do título de Bacharel.

Prof(a). Dr(a). Renato Silvério Campos  
Orientador

**LAVRAS-MG  
2022**

## RESUMO

O intuito deste trabalho é compreender o problema de pesquisa: como a pandemia da Covid-19 alterou as condições de vulnerabilidade dos usuários do CRAS? O objeto de estudo é o CRAS de Ribeirão Vermelho, visto que, é necessário um estudo de caso aliado a pesquisa qualitativa em torno do objetivo geral: analisar o impacto que a pandemia da covid-19 gerou para as vulnerabilidades dos usuários do CRAS. A metodologia é um estudo de caso fundamentada pela pesquisa qualitativa com intuito de analisar as externalidades negativas nas atividades e ações sociais do CRAS de Ribeirão Vermelho é necessário um estudo bibliográfico sobre as dimensões de vulnerabilidades dos usuários da Assistência Social analisando os marcadores sociais da diferença do site IBGE cidades comparados com a microrregião de Lavras, MG e aliada a análise do documento de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF). Com base a essa pesquisa qualitativa foi desenvolvido 3 capítulos: o CRAS no Brasil, as dimensões de vulnerabilidade no CRAS de Ribeirão Vermelho e análise dos marcadores sociais do CRAS de Ribeirão e proposta de políticas públicas, ou seja, a solução é política públicas que possam reduzir a desigualdade social presentes dos marcadores sociais da diferença e o acompanhamento dos resultados dessas políticas públicas pelo documento PAIF.

**Palavra-chave:** Pandemia.Políticas Públicas.Desigualdade Social.Vulnerabilidade.CRAS.

## ABSTRACT

The aim of this work is to understand the research problem: how did the Covid-19 pandemic change the conditions of vulnerability of CRAS users? The object of study is the CRAS of Ribeirão Vermelho, since it is necessary a case study combined with qualitative research around the general objective: to analyze the impact that the pandemic of covid-19 generated for the vulnerabilities of CRAS users. The methodology is a case study based on qualitative research in order to analyze the negative externalities in the activities and social actions of the CRAS of Ribeirão Vermelho, it is necessary a bibliographic study on the dimensions of vulnerabilities of social assistance users analyzing the social markers of the ibge sites difference compared with the microregion of Lavras, MG and allied to the analysis of the document of Protection and Integral Care to the Family (PAIF). Based on this qualitative research, three chapters were developed: CRAS in Brazil, the dimensions of vulnerability in the CRAS of Ribeirão Vermelho and analysis of the social markers of the CRAS of Ribeirão and the proposal of public policies, that is, the solution is public policy that can reduce the social inequality present in the social markers of difference and the monitoring of the results of these public policies by the PAIF document.

**Keywords:** Pandemic.Public policies.Social Inequality. Vulnerability.CRAS.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>7</b>
<b>2.1 AS DIMENSÕES DE VULNERABILIDADE</b>	<b>7</b>
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>10</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>11</b>
<b>4.1 O CRAS NO BRASIL</b>	<b>12</b>
<b>4.2 AS DIMENSÕES DE VULNERABILIDADE NO CRAS RIBEIRÃO VERMELHO</b>	<b>15</b>
<b>4.3 ANÁLISE DOS MARCADORES SOCIAIS DO CRAS DE RIBEIRÃO E PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>20</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Assistência Social brasileira no período de recessão econômica e social na década de 30 com a quebra da Bolsa de Nova York aumentou a extrema pobreza. A Igreja Católica nesse momento difícil para a sociedade fez filantropia para aliviar o sofrimento, ou seja, as irmãs de caridade atendiam os mais necessitados com alimentos, roupas e cuidados médicos. De acordo com Sangrard (2003) a tradição luso-brasileira das ordens religiosas vinculadas a igreja católica mantinha ações de filantropia e caridade nos hospitais aos mais necessitados.

O Brasil nesse momento estava mais preocupado com prejuízo causado pela baixa do valor da saca de café que causou diversas externalidades desemprego, fome e consequentemente o aumento das famílias em situação de vulnerabilidade social. Segundo Sayed (2016), o estado brasileiro em 1906 fazia a política de proteção do café através do convênio de Taubaté e outras medidas como os programas de valorização de 1907 e 1921 e a criação do Instituto Paulista de defesa permanente do café de 1924. Ou seja, a preocupação com as exportações do café era o principal objetivo do país que foi abalada fortemente pela crise de 1929.

A situação negativa provocada pela inércia da ação do estado em relação à Assistência Social somente foi revertida pela descentralização do Estado constituindo a democracia social através da constituição federal de 1988. O estado passou a ter o dever e a obrigação de garantir a Assistência Social como política de Estado fundamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social em 1993 e normatizada pelo Sistema Único de Assistência Social em 2005. A importância dessa política de estado para a sociedade é diagnosticar as famílias em situação de vulnerabilidade social e propor alternativas que possam solucionar a pobreza e a extrema pobreza construindo ferramentas que promovam a dignidade humana e a equidade social. A Assistência Social e sua imagem pública trata-se de uma construção de políticas de Estado que promovem o bem-estar social trazendo dignidade e integração à sociedade. De acordo com Pereira (2007) em 1988 a constituição federal foi promulgada sendo assim a Assistência social passou a ser política pública de Estado concretizando os direitos sociais previstos na constituição federal de 88.

O sistema único de assistência social (SUAS) realiza diversas ações, entre elas o cadastro único das famílias em situação de vulnerabilidade social (CadÚnico) feito pelo Centro de Referência Social (CRAS) que pertence aos Estados, municípios custeados e normatizados pela União. O fortalecimento da Assistência Social tornou-se possível com a democratização, visto que, CF- Constituição Federal de 1988 prevê que o Estado deveria garantir a Assistência Social às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No Estado brasileiro o poder era muito concentrado, mas este documento permitiu a descentralização do poder dando maior responsabilidade aos estados e municípios que passaram a gerenciar suas ações em diversas

políticas públicas. Os governos locais têm maior propriedade para entender as demandas da sociedade e suas vulnerabilidades sociais.

O público alvo da Assistência Social é bem amplo e diversificado, pois os benefícios contemplam as mulheres, idosos, crianças, adolescentes e deficientes físicos em situação de vulnerabilidade econômica e social. Os benefícios tentam minimizar a pobreza e extrema pobreza e paralelamente contribuir com a educação e a saúde das crianças e adolescentes. O bolsa família, o benefício prestação continuada, tarifa social de energia elétrica, o programa Minha Casa Minha Vida, isenção de taxas de inscrição em concurso público, faculdade baixa renda e Carteira do Idoso tentam atender as demandas dos usuários da assistência social, mas para isso é necessário certas condicionalidades. O Bolsa Família, por exemplo, requer a frequência escolar e a vacinação das crianças e adolescentes em dia. Os benefícios da Assistência Social são gerenciados pelo centro de referência em assistência social que registram as informações socioeconômicas dessas famílias no cadastro único social.

O CRAS, por sua vez, tem profissionais da Assistência Social que possuem conhecimento da realidade social das famílias em situação de vulnerabilidade social. Esses profissionais entendem as demandas sociais e conseguem monitorar as necessidades básicas dos usuários pelo CadÚnico. O Brasil enfrenta um momento atípico causado pela pandemia do Covid-19 que fragilizou setores da economia e conseqüentemente a carga tributária. Neste artigo o objetivo geral foi: analisar o impacto causado pela pandemia do Covid-19 no Centro de Referência de Assistência Social do município de Ribeirão Vermelho, MG.

Segundo Abraham (2020) a Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada em maio de 2000 e possui a finalidade de moralização da gestão dos recursos públicos e a responsabilização dos gestores perante a sua administração. Essa lei permite transparência à coisa pública e eficiência em sua gestão, principalmente, em momentos de recessão econômica que requer mais cuidado com a gestão do erário evitando possíveis atos de corrupção.

A pandemia do covid-19 provocou diversas externalidades negativas que merecem ser mensuradas no contexto da vulnerabilidade social. O objetivo é analisar o impacto que a pandemia do covid-19 gerou para as vulnerabilidades dos usuários do CRAS. Contudo, para alcançar esse objetivo há necessidade de cumprir certos objetivos específicos: descrever os serviços prestados pelo CRAS, analisar as condições de vulnerabilidade dos usuários do CRAS e investigar o impacto da pandemia do covid-19 nas vulnerabilidades dos usuários do CRAS no município de Ribeirão Vermelho, MG.

Essa análise permite compreender o trabalho do CRAS em momento difícil que é a pandemia do COVID-19, ou seja, o serviço da Assistência Social como está sendo afetado. A pandemia do COVID-19 provocou diversas externalidades na saúde, economia e nas políticas sociais, visto que, esses setores estão interligados e refletem na vida dos usuários da Assistência Social. O custo de vida dos brasileiros tornou-se mais caro intensificado por este mal que

inflacionou sobremaneira os produtos de primeira necessidade. Conforme salienta Nuzzi (2021) o preço da cesta básica aumentou em 14 das 16 capitais com variação de preço de 20% a 30%. O poder de compra dos usuários da assistência social certamente diminuiu, visto que esses aumentos podem reduzir a qualidade de vida da sociedade e, especialmente as famílias em situação de vulnerabilidade social. As famílias em situação de vulnerabilidade social certamente enfrentam o mesmo problema, contudo, com maior intensidade. Os benefícios da Assistência Social têm o propósito de garantir a dignidade humana com a possibilidade aos usuários da assistência social comprarem alimentos, roupas e remédios, no entanto, as externalidades afetam diretamente o poder de compra dessas famílias. Esses objetivos facilitaram a análise do impacto nas atividades sociais no Centro de Referência Social de Ribeirão Vermelho, MG em um contexto da pandemia do COVID-19 e suas implicações às famílias em estado de vulnerabilidade social e sua percepção sobre o problema.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 AS DIMENSÕES DE VULNERABILIDADE**

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é um canal de informações sobre os demandantes da Assistência Social que fornecem dados sociais ao cadastro único de Assistência Social sobre a situação econômica das famílias pobres e em situação de extrema pobreza. Pensando nisso, é coerente analisar o impacto socioeconômico provocado pela pandemia da COVID-19 no CRAS de Ribeirão Vermelho, MG e suas consequências aos usuários da Assistência Social.

Segundo Barbosa, Costa e Hechsher (2020) a crise sanitária da pandemia do COVID-19 é necessária decretos de isolamento social que provocaram externalidades negativas que afetaram as dimensões de vulnerabilidade dos grupos mais vulneráveis da população que requer medidas políticas direcionadas às famílias em vulnerabilidade social atingida por essa calamidade. Essa citação é muito interessante para ressaltar que já havia famílias antes da crise sanitária em vulnerabilidade social consequentemente a instabilidade social é acentuada pela crise somada a outras famílias que certamente aumentaram as demandas sociais.

De acordo com Paiva et al. (2020) a apuração dos dados pessoais das famílias em situação de extrema pobreza registrados no Cadastro Único são certificadas as informações sociais pelo Ministério da Cidadania que passa a ser dos principais instrumentos para o gerenciamento das políticas sociais para os três entes federados. A citação acima demonstra a importância da atualização do cadastro único para o gerenciamento das políticas públicas destinadas à redução da extrema pobreza, ou seja, essas informações são analisadas para dar

eficiência ao atendimento dos serviços sociais.

Conforme Augusto et al. (2016) o CRAS tem um papel crucial na construção de significados em determinado território permitindo entender as atividades e intervenções que facilitam a relação ambiente, usuário da assistência social e conseqüentemente qualidade de vida. Dessa forma, as tarefas desempenhadas pelo CRAS aos usuários da assistência social têm restabelecido a vida das famílias em situação de vulnerabilidade social, analisando a estrutura familiar e o entendimento da particularidade de cada território

Portanto, as duas citações acima relacionam ferramentas importantes para a redução do impacto social neste momento atípico que afeta diretamente os mais pobres, visto que, o cadastro único da Assistência Social atualizado e o mapeamento territorial são instrumentos para elaboração de políticas públicas sociais que possam garantir a dignidade humana. Por isso, esses instrumentos de coleta de informações através do cadastro único aliado ao conhecimento territorial do mapeamento dos usuários da assistência contribuem para entender a dinâmica da extrema pobreza nesse contexto.

O conceito de comunidade tem sido crucial para participação e a realização de políticas sociais, não apenas por seu envolvimento na gestão comunitária, mas porque são as comunidades que melhor conhecem as necessidades em termos de políticas públicas sociais e poderão, de maneira relevante, contribuir com o próprio poder estatal. (BITENCOURT et al., 2018, p.78).

Consoante a citação acima há diversos atores sociais que pertencem a essa comunidade e conhecem as demandas sociais e tem legitimidade para proporem soluções para as políticas públicas sociais, pois, entendem as causas e efeitos causados por essas externalidades. Essas comunidades têm legitimidade para contribuir com sugestões coerentes com a realidade vigente enfrentada pela humanidade.

Segundo Araújo (2019) o SUAS tem o desafio em ampliar a estrutura e as ferramentas de gestão da Assistência Social para consolidar o protagonismo das famílias em situação de vulnerabilidade social com o intuito de proporcionar autonomia aos usuários da Assistência Social a lutarem contra as desigualdades através de questionamentos e conhecimento da realidade social. Essa citação reflete como é importante a percepção das famílias em situação de vulnerabilidade social para reverter a pobreza extrema, assim como, conhecer a sua realidade social histórica facilitando questionamentos viáveis que possam resultar em políticas públicas de qualidade.

De acordo com Costa (2019, p.144) "as desigualdades sociais são amplamente difundidas nas sociedades humanas, e várias forças constantemente levando ao seu aumento ou transformação". Consoante essa citação as desigualdades sociais são compostas por forças que tem o interesse em manter a pobreza e a extrema pobreza, por outro lado há forças que querem reduzir a desigualdade social. Ou seja, há grupos que pensam somente em maximizar os lucros e suas rendas em detrimento aos mais pobres e outros grupos interessados na estruturação social dos mais vulneráveis que necessitam de dignidade humana.

Portanto, segundo Barbosa e Silva (2016, p.10) “dentre uma das ideias do neoliberalismo, encontra-se o enxugamento do Estado, o que implicou na sua fase inicial em cortes e diminuição de programas e benefícios voltados à população de baixa renda”. A citação retrata perfeitamente o modelo neoliberal que tem uma visão de mercado que distingue a assistência social como gasto social e possivelmente retrocesso da nação que necessita de um Estado mínimo em se tratando de programas e benefícios sociais. Além disso, a visão do liberalismo não entende ou não quer entender as externalidades sociais agravadas pelas práticas capitalistas que acentuam a extrema pobreza.

De acordo com Gutierrez (2018) a frágil mobilização social dos usuários da assistência é a marca histórica de ações sociais e filantropia que conduziu a não participação desses atores no campo das políticas sociais, uma vez que, as múltiplas vulnerabilidades sociais enfraquecem sua organização para inserir demandas sociais. Essa citação acima é de um contexto histórico social em que o Estado era ausente na condução da assistência social, isto é, fazia ações sociais focalizadas não tinha o interesse em promover a construção de políticas sociais integradoras. Essas afirmações contribuem para entender a relação de omissão do Estado brasileiro com as demandas sociais que eram deixadas em segundo plano. De acordo com Pires (2020) parte da população brasileira não possui condições satisfatórias para exercer o distanciamento social, haja vista essa ação acarreta ameaças a qualidade de vida dos mais pobres. A falta de renda causada pelo distanciamento social fragiliza e compromete a dignidade humana desses trabalhadores que passam a ter o sustento de suas famílias ameaçadas.

Essa citação permite compreender que essas medidas adotadas pelo governo brasileiro causam externalidades em se tratando da renda e das condições de vida das famílias em vulnerabilidade social. As demandas sociais nesta crise mundial precisam ser analisadas para conhecer esse fenômeno global na vida de milhões de usuários da assistência social e seu real impacto nas políticas públicas sociais.

Segundo Grin e Abrucio (2018, p.90) “as três dimensões da cooperação federativa podem constituir arenas visando apoiar o fortalecimento institucional dos municípios, considerando a relevância de ações com esse alcance intergovernamental”. Essa citação demonstra a importância das arenas para o delineamento e implementação das políticas públicas nos municípios que conhecem as demandas sociais de sua população propondo cooperações entre os atores sociais.

Portanto, com toda essa fundamentação é necessário investigar o impacto da COVID-19 no CRAS de Ribeirão Vermelho, MG para compreender os seus reflexos nas atividades sociais, os equipamentos sociais, a percepção dos funcionários da assistência social e das famílias em situação de vulnerabilidade social. Essa análise é uma ferramenta para entender a dinâmica e os impactos diretos e indiretos à assistência social.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa qualitativa tem por finalidade utilizar o conhecimento dessa pesquisa para descrever esse fenômeno atípico na vida das famílias em situação de vulnerabilidade social. Ou seja, é realizado um levantamento de informações que contribuiu para o entendimento das externalidades negativas provocadas por essa crise sanitária. Segundo Cardano (2017, p.17):

As razões que tornam a teoria da argumentação a sintaxe que mais eficazmente pode contribuir à construção do saber produzido pela pesquisa qualitativa tem a ver com o estatuto epistêmico dos materiais empíricos obtidos nesse âmbito. A maior parte das técnicas de construção da documentação empírica empregadas na pesquisa qualitativa e, de modo geral, na pesquisa social, baseia-se na cooperação dos participantes e – com pouquíssimas exceções – propõe-se a considerar algo que, em uma primeira análise, podemos definir como “estados internos”, como atitudes, crenças, valores, intenções e significados colocados na ação.

De acordo com essa citação a cooperação dos participantes fundamentou a pesquisa qualitativa, visto que, as informações coletadas e registradas sobre os atores envolvidos esclareceram o real problema, suas causas e consequências. A pesquisa qualitativa facilitou a comparação dos dados coletadas e registradas dos servidores e usuários da Assistência Social transformando em informações que consigam indicar as externalidades causadas pela pandemia da COVID-19 nas atividades da Assistência Social.

A primeira fase dessa pesquisa é a coleta e análise de dados de informações bibliográficas sobre a COVID-19 na Assistência Social, o estudo acerca da estrutura do CRAS e a percepção dos funcionários e usuários da assistência social que embasou essa análise. Logo em seguida foi necessário o estudo de caso para entender as externalidades provocadas nas atividades sociais e nos equipamentos do CRAS de Ribeirão Vermelho, MG buscando entender os impactos na estrutura da instituição, nos serviços sociais, nas atividades dos serviços sociais, no dia a dia dos funcionários da instituição e logicamente na vida dos usuários da Assistência Social. Segundo Reis (2019, p.6) “estudos de casos são utilizados quando se quer saber o motivo de determinados fenômenos contemporâneos dentro de algum contexto da realidade”. Nesse sentido, o estudo de caso para compreender esse fenômeno que impacta diretamente na vida das famílias em situação de vulnerabilidade social é de suma importância para essa pesquisa, além disso ele é fundamental para sua interpretação sobre a luz das ciências sociais.

Para construir o estudo de caso é necessário analisar e comparar os marcadores sociais da diferença e sua interseccionalidade em Ribeirão Vermelho, MG comparada a microrregião de Lavras, MG com o intuito de entender as dimensões de vulnerabilidades dos usuários da Assistência Social. A comparação entre os marcadores sociais da diferença com a microrregião permitiu identificar 6 dimensões de vulnerabilidade há necessidade de 3 políticas públicas de intervenção para minimizar a pobreza e a extrema pobreza

De acordo com Sardenberg (2015) as relações sociais se entrelaçam facilitando as

conexões entre os marcadores sociais: gênero, raça, classe e diversos outros marcadores, configurando em um mosaico de opressões e desigualdade social. Os marcadores sociais da diferença e suas interseccionalidade foram utilizados 10 indicadores sociais do site IBGE cidades comparados a microrregião de Lavras.MG. Ou seja, os marcadores sociais da diferença permitem descrever e analisar as diversas informações presentes no site do IBGE cidades que se relacionam provocando o aumento da desigualdade socioeconômica das famílias assistidas pelo CRAS e a coleta, registro e análise dos marcadores sociais facilitam o entendimento desse fenômeno e possíveis políticas públicas para a redução da pobreza e extrema pobreza. Essa coleta de dados permitiu entender o fenômeno estudado através da percepção dos atores envolvidos, uma vez que, o resultado fundamentou a análise do problema

Nesse caso, também é analisado 6 documentos de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) de agosto de 2021 a janeiro de 2022 cedidos pelo CRAS para entender a complexidade documental acerca das famílias em situação de vulnerabilidade social e o estudo bibliográfico para embasar com dados secundários. A pesquisa elaborada com os marcadores sociais da diferença permitiu entender o objeto de estudo para a compreensão do impacto da COVID-19 nas atividades da Assistência Social com o propósito de ajudar a construir políticas públicas para a redução da desigualdade social. O documento PAIF permite aos gestores da Assistência Social verificar se as políticas públicas surtiram algum efeito positivo na redução das dimensões de vulnerabilidade.

Diante dessas considerações para entender a dinâmica dos impactos na Assistência Social essas ações de pesquisa tem o propósito de descrever as relações diretas e indiretas desse fenômeno para entender suas implicações nas atividades sociais e contribuir com informações pertinentes para o problema enfrentado.

O intuito desse estudo de caso é entender o impacto da COVID-19 nas atividades da Assistência Social e a percepção dos servidores e usuários da assistência social nesse momento atípico. Ou seja, a fundamentação dessa pesquisa qualitativa é coletar e registrar as informações desses atores sociais aliado ao estudo bibliográfico para comparar as informações entender o impacto na vida desses atores sociais que serviu de instrumento para as políticas públicas sociais. As informações coletadas e registradas da instituição, colaboradores e usuários da Assistência Social foram analisadas em um contexto de pandemia com a finalidade de elaborar respostas que possam ser ferramentas de gestão das políticas públicas. Portanto, o artigo busca entender as particularidades e os obstáculos encontrados para fomentar com informações que contribuam no entendimento deste mal que impacta principalmente a vida dos mais vulneráveis.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa bibliográfica, que apresenta o CRAS no Brasil, além das análises do objeto de estudos, ou seja, do CRAS de

#### 4.1 O CRAS NO BRASIL

A constituição federal de 1988 no Brasil possibilitou a descentralização política e a possibilidade de articulação da União, estados e municípios na gestão das atividades e ações ligadas à Assistência Social no formato de um sistema que possibilitasse a redução da pobreza e extrema pobreza.

O advento da Constituição Federal de 1988 e com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93, alterada pela Lei 11.435/11), à assistência social foi conferido o status de política pública, direito do cidadão e dever do Estado. (FERNANDES e HELLMANN 2016, p.264)

A LOAS foi promulgada em 1993 é uma construção de princípios e diretrizes com objetivo de garantir os direitos assistenciais às famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, a LOAS passa a materializar a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pois cristaliza essa política pública na gestão de diversas demandas sociais que buscam a cidadania e inclusão social.

Os serviços de proteção social são coordenados, normatizados e avaliados pelo SUAS que estabelecem diversas ações e atividades sociais com a intenção de reduzir a exclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, o SUAS orienta e coordena os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que por sua vez fortalece a importância do protagonismo dos municípios na participação ativa na identificação dos usuários da Assistência Social. Conforme destaca Grin e Abrucio (2018, p.87) "as novas atribuições assumidas pelos municípios ampliaram as exigências para qualificar sua gestão".

O CRAS executa atividades e ações sociais destinadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade social com métricas, normas e condicionalidades para o acesso a diversos benefícios sociais. A coleta e o registro de informações sociais dos demandantes em vulnerabilidade social permitem que as informações sejam analisadas periodicamente para certificar que os requisitos e as condicionalidades impostas pelo Estado para a concessão dos benefícios sociais sejam alcançados e ofertados ao público alvo.

Segundo Augusto et al. (2016) o CRAS tem a responsabilidade na elaboração de significados e sentidos em relação ao território não apenas como um local de desigualdades sociais, mas, sim um local de possibilidades de intervenção que transformam o ambiente saudável e de qualidade para todos. Com base nessas considerações a modernização da gestão das atividades sociais com intuito de fortalecer a dignidade humana das famílias em situação de vulnerabilidade social foi resgatada pela constituição cidadã e eventos históricos socioeconômicos e estruturados pela cooperação dos três entes federados União, estados e municípios. O CRAS trabalha com atividades e equipamentos sociais com a participação na

implementação dessas políticas públicas no âmbito municipal com intuito de promover a proteção social às famílias em vulnerabilidade socioeconômica aumentando a gestão intergovernamental dos três entes federados.

A implementação das atividades da Assistência Social é de responsabilidade dos governos locais, municípios, que por sua vez utilizam os recursos sociais para identificar as famílias em situação de vulnerabilidade social com a coleta e o registro de informações socioeconômicas que são analisadas as condicionalidades para a concessão dos benefícios sociais. É importante lembrar que a implementação dessas ações e atividades em prol da Assistência Social são realizadas no CRAS que registra as informações socioeconômicas que passarão por uma análise no sistema do Ministério da Cidadania como também pelas visitas técnicas realizadas pela assistência social para certificar as informações fornecidas pelo usuário da Assistência Social.

O CRAS tem desempenhado diversas ações sociais para identificar as famílias em situação de vulnerabilidade social com o propósito de melhorar a qualidade de vida dessas famílias com programas e benefícios sociais que resgatem a dignidade humana. Convém lembrar que a identificação dos demandantes da Assistência Social é realizada através da coleta e registro de informações socioeconômicas das famílias em situação de vulnerabilidade cadastrados em um documento capaz de armazenar informações relevantes para a concessão dos benefícios sociais. O Cadastro Único da Assistência Social CADÚnico é o principal instrumento que contribui e facilita a análise das diversas desigualdades e vulnerabilidades presentes na vida das famílias em situação de vulnerabilidade social com diversos marcadores sociais que combinados aumentam consideravelmente a pobreza e a extrema pobreza. De acordo com Sardenberg (2015) os marcadores sociais classe, raça e gênero e outros parecidos não devem ser analisados de forma separada, mas sim a sua interseccionalidade como um instrumento que aumenta as desigualdades e vulnerabilidades sociais. Levando-se em consideração essa citação o CADÚnico permite registrar diversos marcadores como classe, raça, gênero, idade e uma infinidade de indicadores sociais que são ferramentas capazes de entender o porquê das constantes vulnerabilidades das famílias que demandam a Assistência Social.

Dado o exposto é importante descrever os benefícios sociais levando-se em conta suas condicionalidades, o público alvo e diversas informações bem como os marcadores sociais para a identificação dos demandantes da Assistência Social. A descrição dos principais benefícios sociais faz toda a diferença para a análise das vulnerabilidades sociais e suas implicações para o resgate da dignidade humana em um momento atípico como a pandemia da COVID-19. Em vista os argumentos apresentados, primeiramente, devemos comentar que o CRAS é o primeiro contato que às famílias de baixa renda é em relação a Assistência Social, ou seja, os servidores da Assistência Social orientam com informações sobre os benefícios sociais e suas respectivas condicionalidades para sua obtenção.

As famílias já orientadas passam a ser entrevistada pelos servidores da Assistência

Social com perguntas focadas nas informações sociais como renda familiar, composição familiar, idade, gênero e outros dados que permitem identificar a vulnerabilidade dessas famílias e logicamente documentos pessoais que ajudem a fundamentar os dados fornecidos ao cadastro da Assistência Social. O CADÚnico deve ser atualizado periodicamente para que os usuários da Assistência Social possam utilizar os inúmeros programas e benefícios sociais, visto que, cada integrante da família assistida tem um número de identificação social (NIS) que passa a ser analisados pela Caixa Econômica Federal e o Ministério da Cidadania para certificar as informações sociais prestadas e se não há mudanças no contexto socioeconômico dessas famílias.

Dessa forma o CRAS é responsável pela execução de diversas ações e procedimentos em prol do resgate da dignidade humana contribuindo diretamente através dos benefícios sociais ao combate à fome e a insegurança alimentar. O CRAS tem o conhecimento das questões socioeconômicas, haja vista, está inserido na comunidade procurando identificar os problemas socioeconômicos prestando serviços sociais de qualidade que possibilite a quebra do círculo vicioso da pobreza.

Portanto, os benefícios sociais possibilitam a quebra desse círculo marcada por indicadores sociais e suas desigualdades socioeconômicas que são entraves para o acesso à inclusão social. Ou seja, quando analisamos essas desigualdades facilita a compreensão das vulnerabilidades das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Diante disso a descrição dos principais benefícios se faz necessário para entender as vulnerabilidades sociais em um momento atípico que a humanidade tem enfrentado em um contexto de pandemia. Os principais benefícios sociais são o Auxílio Brasil, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), renda mensal vitalícia (RMV), auxílio inclusão, tarifa social de energia elétrica. É importante frisar que o programa Bolsa Família foi substituído pelo Auxílio Brasil de acordo com o Brasil (2021) o auxílio Brasil substitui o PBF através da medida provisória nº 1061 de 9 de agosto de 2021 e também com os decretos: nº 10831 de 6 de outubro de 2021 e o decreto nº 10852 de 8 de novembro de 2021.

O Auxílio Brasil uniu várias políticas públicas sociais como saúde e, educação, emprego e renda para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A gestão do Auxílio Brasil é feita pelo Ministério da Cidadania que considera as famílias em situação de extrema pobreza com renda per capita de até R\$105,00 e as famílias em situação de pobreza com renda per capita entre R\$105,01 a R\$210,00. O Auxílio Brasil é formado pelos benefícios iniciação científica júnior, esporte escolar, inclusão produtiva rural, inclusão produtiva urbana e o benefício compensatório de transição, ou seja, quem tem direito Auxílio Brasil são as famílias que possuem renda per capita mensal de até R\$ 210,00 para que essas famílias possam superar a situação de vulnerabilidade social.

Logo, a necessidade de descrever mais cinco benefícios sociais o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Renda Mensal Vitalícia RMV, benefícios eventuais, auxílio inclusão e tarifa

social de energia elétrica. Esses benefícios têm o poder de contribuir no resgate da dignidade humana das famílias em situação de vulnerabilidade social, haja vista, os benefícios da Assistência Social têm como objetivo atender em sua grande maioria os demandantes da assistência social com respeito e dignidade.

Levando-se em consideração esses aspectos conforme Brasil (2021) o Benefício de Prestação Continuada BPC é oferecido um salário mínimo a idosos com idade igual ou superior a 65 anos e as pessoas com deficiência independente de idade. O BPC não é aposentadoria, ou seja, não há necessidade de contribuição ao INSS, mas, é preciso que a renda per capita do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário mínimo.

O Benefício Renda Mensal Vitalícia (RMV) foi criado pela lei nº 6179/1974 destinado às pessoas maiores de 70 anos e que não têm renda superior a 60% do salário mínimo. O RMV está em extinção e mantido para as pessoas que obtiveram até dezembro de 1995, porém, ela foi substituída pelo BPC.

Os benefícios eventuais são provimentos de caráter eventual para atender vulnerabilidade sociais como nascimento, necessidade do bebê e fatalidades com bebê ou mesmo com a mãe. A sua vulnerabilidade é temporária para combater situações de risco, perda e danos à integridade da pessoa (calamidade pública).

O auxílio inclusão estimula a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e para obtê-lo é necessário ser beneficiário do BPC exercer atividades com renda de até dois salários mínimos.

Por fim, a tarifa social de energia elétrica constitui em descontos de 10% a 65% no consumo mensal até o limite de 220 kWh. Os benefícios da Assistência Social destinados à proteção social das famílias de baixa renda com o intuito de promover a superação da situação de pobreza e extrema pobreza fortalecendo a inclusão e a proteção social.

## **4.2 AS DIMENSÕES DE VULNERABILIDADE NO CRAS RIBEIRÃO VERMELHO**

Os marcadores sociais como o nome diz são marcas que se combinam e representam diversas vulnerabilidades socioeconômicas que devem ser analisadas para compreender a complexidade da pobreza e extrema pobreza em suas dimensões de vulnerabilidade social. Ou seja, os indicadores sociais são informações de extrema importância para compreender a desigualdade social, suas causas e consequências para implementação de soluções capazes de amenizar e solucionar o problema.

Os indicadores sociais são construções biológicas e sociais que quando combinadas servem como ferramentas capazes de entender a correlação dessas classificações que facilitam a compreensão das desigualdades sociais. A interseccionalidade dos marcadores sociais amplia a desigualdade social econômica, haja vista, a pobreza e extrema pobreza são grandes desafios

a serem enfrentados pela Assistência Social. A Assistente Social na execução de atividades e programas sociais registra diversas informações socioeconômicas no CADÚnico que por sua vez as informações armazenadas como o número de atendimentos, renda, composição familiar e diversas outras informações são marcadores sociais que facilitam a análise do CRAS sobre as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em face do cenário atípico da pandemia do COVID-19 é importante descrever os marcadores de vulnerabilidades atendidos pelo CRAS de Ribeirão Vermelho, MG e também os dados do acompanhamento das famílias através do serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF). É de grande importância a análise das condições de vulnerabilidade dos usuários do CRAS de Ribeirão Vermelho, MG.

Desta forma, a descrição dos marcadores de vulnerabilidades encontrados no site do IBGE cidades somada às informações dos documentos do PAIF cedidas pelo CRAS do município facilitando entender o porquê dessas características tornam as famílias em situação de vulnerabilidade social, ou seja, quais as características e necessidades são atendidas pelo CRAS de Ribeirão Vermelho Minas Gerais? Ao fazer a análise desses dados é necessário contextualizar a importância da execução da Assistência Social no município que segundo o IBGE cidades possui uma população estimada de 4061 habitantes, visto que, ele é considerado um município de pequeno porte. O nome da unidade é CRAS Esperança e está situado nas instalações da antiga estação ferroviária de Ribeirão Vermelho, no endereço Rua Luciana da Cunha, s/n centro.

Em virtude dos fatos informados primeiramente é necessário descrever os marcadores sociais analisados no site do IBGE, comparando os indicadores do município em relação à microrregião de Lavras, MG. Em seguida a descrição dos indicadores de proteção e atendimento integral à família para compreender as dimensões de vulnerabilidade no atendimento aos usuários da Assistência Social. A análise desses marcadores sociais facilita a compreensão das dimensões das vulnerabilidades socioeconômicas em um contexto atípico como a pandemia do covid-19.

De acordo com Sardenberg (2015) às vulnerabilidades sociais são definidas pela intersecção dos marcadores sociais em determinado contexto de opressão e subordinação. Ou seja, os marcadores sociais produzem diferenças socioeconômicas que ampliam as desigualdades sociais aumentando as dimensões de vulnerabilidade social, visto que, o primeiro passo para diminuir as dimensões de vulnerabilidade social é entender sua existência como indicadores que permitam gestores públicos tomarem suas decisões.

Os marcadores sociais do site IBGE cidades são muito interessantes para analisar as dimensões de vulnerabilidades dos usuários da Assistência Social. O intuito da análise é comparar marcadores sociais do município de Ribeirão Vermelho com a sua microrregião através dos indicadores: densidade demográfica, população ocupada, salário médio mensal, percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo,

taxa de escolarização 6 até 14 anos de idade, IDEB-anos iniciais, IDEB-anos finais, PIB per capita, índice de desenvolvimento humano municipal e esgotamento sanitário adequado, dado que, esses marcadores sociais se entrecruzam produzindo as desigualdades e exclusão social.

Convém ressaltar que a microrregião de Lavras é composta por oito municípios: Lavras, Nepomuceno, Ijaci, Itumirim, Luminárias, Carrancas, Ribeirão Vermelho e Itutinga, visto que, essa microrregião é comparada os marcadores sociais da diferença de Ribeirão Vermelho. Dessa forma a comparação dos marcadores sociais da cidade Ribeirão Vermelho com a microrregião de Lavras facilita a compreensão das dimensões de vulnerabilidade do CRAS.

Com base nos dados IBGE (2010) é necessário comparar os 10 marcadores sociais do município de Ribeirão Vermelho com a microrregião de Lavras, ou seja, a comparação entre essas variáveis permite identificar a correlação entre os marcadores sociais da diferença no CRAS do município. Primeiramente, os marcadores sociais de Ribeirão Vermelho e a microrregião de Lavras serão comparados para identificar as dimensões de vulnerabilidade social e logo em seguida retratar os indicadores sociais presentes no documento (PAIF).

Quadro 1 - Os marcadores sociais da diferença em Ribeirão Vermelho

VARIÁVEIS	RIBEIRÃO VERMELHO	MICRO REGIÃO DE LAVRAS
Densidade Demográfica	77,68	47,7
População Ocupada	22,9	17,1
Salário Médio Mensal	1,6	1,86
População com rendimento per capita até 1/2 SM	32	35,9
Taxa de Escolarização	99,4	98,4
IDEB anos iniciais	6,4	6,3
IDEB anos finais	4,1	4,7
PIB per capita	29.914,70	26.838,74
IDHM	0,737	0,717
Esgotamento sanitário adequado	95,2	75,2

Fonte: IBGE cidades

A densidade demográfica de Ribeirão Vermelho é 77,68 hab./km<sup>2</sup> sendo a segunda

maior densidade demográfica da microrregião tendo em vista que a média da densidade demográfica da microrregião é de 47,7 hab./km<sup>2</sup>. O município por ter a segunda maior densidade demográfica a análise da população é complexa, pois, necessita de políticas públicas bem elaboradas com o intuito de atender as necessidades socioeconômicas propondo alternativas viáveis para reduzir os problemas sociais como a busca ativa para identificar novos usuários da Assistência Social.

O salário médio mensal em Ribeirão Vermelho é 1,6 salários mínimos e está em oitavo na microrregião cuja média é 1,86 salários mínimos. Este marcador social permite analisar a distribuição de renda e conseqüentemente o poder de compra, entretanto, o salário mensal médio do município é um dos piores da microrregião demonstrando um marcador de vulnerabilidade.

O IDEB- anos iniciais é 6,4 ligeiramente acima da média da microrregião de 6,3. O município está na sétima posição. O índice do IDEB-anos iniciais pode melhorar através de políticas públicas com o intuito de melhorar a taxa de rendimento escolar.

O IDEB- anos finais de Ribeirão Vermelho é 4,1 abaixo da média da microrregião de 4,7. A sua posição na microrregião é oitavo lugar, demonstrando o indicador de vulnerabilidade social na avaliação da Educação Básica.

A população ocupada no município é 22,9% e a média da microrregião é 17,1%, haja vista, é o terceiro maior índice de população ocupada. Esse indicador é bem interessante, visto que, quanto mais pessoas trabalhando mais aquecida é a economia resgatando a dignidade humana do trabalhador.

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em Ribeirão Vermelho é 99,4% está em primeiro lugar na microrregião e a média da microrregião é relativamente alta 98,4%. O município desempenha um excelente trabalho neste indicador que coloca em evidência as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que são o público alvo do CRAS.

O percentual da população com rendimento nominal per capita de até ½ salário mínimo em Ribeirão Vermelho é de 32% é a oitava menor taxa da região e a média da microrregião é 35,9%. Esse marcador social na região é extremamente ruim chegando próximo de 36% de rendimentos per capita de ½ salário mínimo e Ribeirão Vermelho com mais de 30% é um indicador de vulnerabilidade social preocupante.

O PIB per capita em Ribeirão Vermelho R\$29.914,70 é o quarto maior indicador sendo que a média da microrregião é R\$26.838,74. Esse indicador no município é positivo, porém, há indicadores na microrregião bem acima de Ribeirão Vermelho.

O índice de desenvolvimento humano municipal em Ribeirão Vermelho é de 0,737 acima da média da microrregião de 0,717. O IDHM do município é o segundo da microrregião sendo positivo para a população de Ribeirão Vermelho.

O esgotamento sanitário adequado em Ribeirão Vermelho é 95,2% esse índice está em primeiro lugar na microrregião que tem a média de 75,2%. O esgotamento sanitário do

município é o melhor da microrregião sendo extremamente positivo para a população de Ribeirão Vermelho.

O documento de proteção e atendimento integral à família (PAIF) do CRAS de Ribeirão Vermelho foi descrito quatro indicadores: total de famílias acompanhadas pelo PAIF, famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, total de atendimentos individualizados realizados um mês e as famílias encaminhadas para inclusão no cadastro único. O PAIF analisado é do período de agosto de 2021 até janeiro de 2022, ou seja, seis meses de catalogação.

Quadro 2 – Descrição dos atendimentos do CRAS de Ribeirão Vermelho

INDICADORES	AGO.2021	SET.2021	OUT.2021	NOV.2021 1	DEZ.2021	JAN.2022
Total de Famílias acompanhadas pelo PAIF	577	577	536	430	400	350
Famílias beneficiárias do PBF	22	7	22	2	207	207
Total de atendimentos individualizados	31	90	44	110	197	239
Famílias encaminhadas para o CAD-Único	2	0	13	14	12	7

Fonte: CRAS Esperança

A documentação de agosto de 2021 é registrados 577 famílias acompanhadas pelo PAIF, 22 famílias beneficiadas do programa Bolsa Família, 31 atendimentos individualizados e 2 famílias encaminhadas para inclusão no cadastro único. Na documentação do mês de setembro de 2021 foram catalogadas 577 famílias acompanhadas pelo PAIF, 7 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, 90 atendimentos individualizados e nenhuma família encaminhada para inclusão ao cadastro único.

Em outubro de 2021 foram registrados 536 famílias acompanhadas pelo PAIF, 22 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, 44 atendimentos individualizados realizados e 13 famílias encaminhadas para inclusão no cadastro único. No PAIF de novembro foram catalogadas 430 famílias acompanhadas pelo PAIF, duas famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, 110 atendimentos individualizados e 14 famílias encaminhadas para inclusão no cadastro único.

Em dezembro foram contabilizadas 400 famílias acompanhadas pelo PAIF, 207 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, 197 atendimentos individualizados e 12 famílias

encaminhadas para inclusão no cadastro único. Portanto, em janeiro de 2022 foram contabilizados 350 famílias acompanhadas pelo PAIF, 207 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, 239 atendimentos individualizados e 7 famílias encaminhadas para inclusão no cadastro único. Logo, os marcadores sociais comparados e descritos dos dados do site IBGE cidade e o documento PAIF contribuíram para a compreensão das dimensões de vulnerabilidade no CRAS de Ribeirão Vermelho em face do cenário atípico da pandemia do covid-19.

### **4.3 ANÁLISE DOS MARCADORES SOCIAIS DO CRAS DE RIBEIRÃO E PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Os primeiros capítulos, o CRAS no Brasil e as dimensões de vulnerabilidade no CRAS Ribeirão Vermelho descreveram, primeiramente, os procedimentos necessários para a coleta e o registro no CADÚnico bem como a descrição dos principais benefícios da Assistência Social no CRAS. O CADÚnico é um instrumento que coleta e registra diversas informações socioeconômicas das famílias em situação de vulnerabilidade social. Essas informações são importantes para salientar que contribuem para entender as diversas vulnerabilidades socioeconômicas que quando combinadas aumentam as desigualdades sociais. A execução e implementação de atividades e ações sociais é realizada pelo CRAS que é o primeiro contato da Assistência Social às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. As informações são analisadas pelo Ministério da Cidadania que concede um dos diversos benefícios sociais que dependem das condicionalidades impostas pelo Sistema Único de Assistência Social. É importante frisar que o cadastro único deve ser atualizado de forma periódica ou mesmo quando houver alguma mudança socioeconômica.

O segundo capítulo faz a descrição e a comparação entre a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença de Ribeirão Vermelho comparada a microrregião a quem pertence facilitando o entendimento das dimensões de vulnerabilidade no CRAS de Ribeirão Vermelho que desperte o conhecimento das autoridades locais sobre as vulnerabilidade socioeconômicas. É de extrema importância ressaltar que a pandemia da covid-19 ampliou as desigualdades sociais fragilizando os esforços do empenho da Assistência Social em um contexto de pandemia. A pobreza e extrema pobreza são fenômenos históricos de desigualdade sociais que persistem diversos marcadores sociais que se combinam em camadas de vulnerabilidade, ou seja, são conexões de marcadores sociais que ampliam as vulnerabilidades dos usuários da Assistência Social. Contudo, os marcadores sociais têm um papel importante para entender a desigualdade social, haja vista, esses indicadores o Estado na figura da Assistência Social pode trabalhar melhor os indicadores socioeconômicos.

Os marcadores sociais da diferença quando são analisados a sua interseccionalidade em um momento atípico de pandemia é possível entender as dimensões de vulnerabilidade das famílias demandantes da Assistência Social. O CRAS tem diversas informações

socioeconômicas para entender esse fenômeno, visto que, o acompanhamento feito pela Assistência Social às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza são ferramentas que podem medir as dimensões de vulnerabilidade sociais no CRAS facilitando atividades e ações para acabar ou mesmo minimizar as desigualdades sociais. A coleta e o registro desses marcadores sociais dos usuários da Assistência Social somente faz sentido se forem usados também como instrumentos que permitem medir as vulnerabilidades socioeconômicas e através desta métrica resulte em propostas de intervenção e melhoramento das atividades e ações que tenham o intuito do resgate da dignidade humana.

O CRAS tem um papel muito importante para minimizar a intensidade dos marcadores sociais da diferença juntamente com o Poder Executivo de Ribeirão Vermelho e diversos outros atores sociais envolvidos: escolas públicas, iniciativa privada e sociedade civil para articular políticas públicas que melhorem e minimizem a desigualdade social. A Assistência Social articulada pelo CRAS tem a propriedade de provocar o poder executivo com relatórios que demonstrem com dados estatísticos as constantes vulnerabilidades socioeconômicas que fragilizam as famílias em situação de vulnerabilidade social. Segundo Costa (2019) é necessário uma compreensão multidimensional das conexões de desigualdade social através da percepção atenta aos métodos das políticas públicas, ou seja, para que a política pública seja eficiente é necessário o conhecimento das conexões desses marcadores sociais da diferença para construir políticas públicas capazes de minimizar as desigualdades sociais.

Os marcadores sociais da diferença permitem aos gestores públicos tomarem decisões pautadas em informações fundamentadas pela Assistência Social. Os profissionais da Assistência Social conhecem a realidade das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e registram informações no cadastro único para serem analisadas para a concessão de benefícios sociais, mas essas informações também pode ser utilizados em relatórios para reuniões com o poder executivo local e diversos outros atores sociais que tenham o mesmo propósito de construir políticas públicas com intuito de minimizar a pobreza e a extrema pobreza.

Levando em consideração os marcadores sociais da diferença de Ribeirão Vermelho comparada com a microrregião de Lavras é possível destacar alguns marcadores sociais que merecem serem trabalhados com a participação dos atores sociais construindo políticas públicas capazes de resgatar a dignidade humana e a inclusão social. Ao refletir acerca das políticas públicas necessárias para o delineamento de possíveis soluções viáveis aos marcadores sociais da diferença que necessitam de um olhar multidisciplinar sobre a demanda dos usuários da Assistência Social.

Os marcadores sociais da diferença que precisam de debate sobre a construção de políticas públicas conforme os dados elencados no capítulo 2 são: densidade demográfica, população ocupada, salário médio mensal, IDEB- anos iniciais, IDEB- anos finais e percentual da população com rendimento nominal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Ao analisar os dados

da pesquisa foi notado que esses indicadores sociais comparados a microrregião em média são inferiores sendo necessário a intervenção do governo local através de políticas públicas para a redução da desigualdade social no município com a participação ativa do CRAS Esperança.

É de fundamental importância construir as políticas públicas com a participação efetiva do CRAS, governo local, iniciativa privada e sociedade civil na elaboração de propostas que sirvam para as decisões dos gestores públicos em prol da restauração da vida das famílias mais vulneráveis do município. Em virtude dos fatos mencionados o CRAS juntamente com o poder executivo municipal e os demais atores sociais envolvidos podem construir políticas públicas para a redução da intensidade desses marcadores sociais da diferença que foram destacados no capítulo.

Dado o exposto, portanto, é de fundamental importância propor políticas públicas para redução da pobreza e a extrema pobreza em atividades e ações conjuntas para minimizar a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença. Conforme Grin e Abrucio (2018, p.90) "a cooperação envolve arranjos institucionais e regras decisórias que incorporam interesses baseados territorialmente", ou seja, os atores sociais devem trabalhar conjuntamente para construção de políticas públicas com o interesse de diminuir a pobreza extrema pobreza. Logo, o primeiro marcador social a ser analisado é a densidade demográfica, visto que, densidade demográfica é primordial para o entendimento das vulnerabilidades socioeconômicas em seu território. A densidade demográfica de Ribeirão Vermelho é 77,68 hab./km<sup>2</sup> e a média da microrregião de Lavras é de 44,7 hab./km<sup>2</sup>, haja vista, quanto maior a densidade demográfica maior é a complexidade para mensurar a desigualdade social das famílias em situação de vulnerabilidade social.

O CRAS de Ribeirão Vermelho não realiza a busca ativa para identificar novos usuários em situação de vulnerabilidade social. A Assistência Social não possui veículos para desempenhar essas atividades que são triviais para resgatar a dignidade humana das famílias que ainda não têm acesso a Assistência Social. O CRAS pode sensibilizar o governo municipal através de relatórios que demonstrem a importância deste projeto solicitando um veículo para esse propósito e conseqüentemente o governo municipal em parceria com a iniciativa privada podem angariar recursos para doação de um veículo automotor para essas atividades.

O IDEB- anos iniciais 6,4 e anos finais 4,1 devem ser trabalhados para elevar o nível de educação e conseqüentemente o desenvolvimento do governo local. Este marcador social consiste em medir a qualidade do ensino da Educação Básica com testes de português e matemática e também somada a taxa de rendimento escolar (aprovação). O público alvo da Assistência Social no CRAS são as crianças e adolescentes avaliados com esse marcador social da diferença, haja vista, é extremamente importante Assistência Social orientar o poder executivo local com medidas de intervenção para melhorar o índice desses marcadores e o nível de aprendizagem. A solução seria o governo local melhorar o hábito de leitura das crianças e adolescentes com oficinas de leitura e redação e um laboratório de matemática, ou seja, essas

práticas são possíveis, mas depende fortemente da ação municipal para melhorar a desigualdade de aprendizagem.

Dessa forma, é necessário também fazer intervenção nos últimos três marcadores sociais da diferença que necessitam ser trabalhados com ajuda do CRAS que fundamentará com relatórios propondo uma política pública para amenizar os efeitos negativos dos marcadores sociais junto com ajuda mútua do Poder Executivo municipal e iniciativa privada. Os marcadores sociais da diferença se relacionam, visto que, o salário médio mensal, população ocupada e percentual da população com rendimento nominal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo são inferiores à média da microrregião de Lavras, uma vez que, é necessário uma política pública de atração de novas empresas para o município. O CRAS de Ribeirão Vermelho pode fazer intervenção com informes sobre esses marcadores sociais ao governo municipal e conseqüentemente a construção de uma política pública para atrair novas empresas com atrativos: doação de terrenos e isenção de impostos municipais durante três anos.

O tempo de exoneração dos impostos para as empresas têm o intuito de equilibrar a saúde financeira e conseqüentemente aumentar o índice da população ocupada, salário médio mensal e a redução do índice da população com rendimento nominal per capita de até  $\frac{1}{2}$  de salário mínimo. Em síntese as propostas de intervenção aos marcadores sociais da diferença a médio e a longo prazo tem um efeito benéfico para a redução dos efeitos negativos dos marcadores sociais da diferença no CRAS de Ribeirão Vermelho e conseqüentemente, resgatar a dignidade humana e inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O primeiro capítulo "O CRAS NO BRASIL" descreve como é o acesso e a identificação dos usuários da Assistência Social no cadastro único da Assistência Social e sua importância. Logo em seguida é feita a descrição dos principais benefícios da Assistência Social: Auxílio Brasil, benefício de prestação continuada, renda mensal vitalícia, benefícios eventuais, auxílio-inclusão e tarifa social de energia elétrica.

O segundo capítulo "AS DIMENSÕES DE VULNERABILIDADE NO CRAS RIBEIRÃO VERMELHO" é comparado e descrito 10 marcadores sociais da diferença de Ribeirão Vermelho, MG com a microrregião de Lavras e também a descrição do documento de proteção e atendimento integral à família (PAIF). Ou seja, a descrição e a comparação dos marcadores sociais da diferença facilitam o entendimento do problema de pesquisa e suas possíveis intervenções.

O terceiro Capítulo "ANÁLISE DOS MARCADORES SOCIAIS DO CRAS DE RIBEIRÃO VERMELHO E PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS" é possível construir políticas públicas para a redução da desigualdade social através de ações articuladas do CRAS,

governo local, iniciativa privada e sociedade civil. Os marcadores sociais da diferença que foram analisados no capítulo 2 e que estão abaixo da média da microrregião de Lavras é necessário propostas de ações e atividades para a redução da intensidade dos 6 marcadores sociais da diferença que estão abaixo da média da microrregião de Lavras: densidade demográfica, IDEB anos iniciais e finais, salário médio mensal, população ocupada e rendimento nominal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, visto que, é possível a construção de políticas públicas que se relacionam positivamente para redução da intensidade desses marcadores sociais da diferença.

Então de posse com esses objetivos e resultados concluo que o CRAS de Ribeirão Vermelho tem 6 marcadores sociais da diferença que aumentam as vulnerabilidades das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Logo é pertinente que o CRAS juntamente com o governo municipal construam políticas públicas que resgatem a dignidade humana das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O CRAS, o governo local e outros atores sociais devem atuar com intensidade nas causas e efeitos dos marcadores sociais da diferença com a construção dessas políticas públicas: doação de veículos para atividade de busca ativa, doação de terrenos e isenção de impostos municipais para atração de novas empresas e a construção de um laboratório de matemática e uma oficina de leitura e redação. Essas políticas públicas de intervenção protagonizadas pelo CRAS e o governo municipal têm o poder de diminuir a desigualdade social e consequentemente a inclusão social através da redução das famílias assistidas pela Assistência Social.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cleonice Correia. **A CONCEPÇÃO DOS USUÁRIOS E USUÁRIAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA NOVA CULTURA DOS POBRES**

AUGUSTO, Diego Menezes; FEITOSA, Maria Zelfa de Souza; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **A utilização dos mapas afetivos como possibilidade de leitura do território no CRAS**. 2016.

BARBOSA, Amanda Cardoso; SILVA, Roberta Cardoso. **Reflexões Sobre a Política de Assistência Social Brasileira: Assistencialismo, Política Social e Cidadania**. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Org. CRESS-MG. Belo Horizonte–Minas Gerais, 2016.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo; HECKSHER, Marcos Dantas. **Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: Ampliação de desigualdades já existentes?**. 2020.

BITENCOURT, Caroline Müller et al. **Formulação e execução de políticas sociais no cenário brasileiro a partir de uma ação comunicativa: Atores sociais**. BITENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janriê Rodrigues. **Abordagens Epistemológicas sobre Democracia, Políticas Públicas e Controle Social**. Santa Cruz do Sul: Essere Nel Mondo, p. 64-83, 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Benefícios Assistenciais**. Brasília, DF:2021. Ministério da Cidadania, 29 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficius-assistenciais>. Acesso em 22 fev. 2022

CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa. A contribuição da teoria da argumentação**. Tradução: Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017. Comentada. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. 9788530992248.

COSTA, Sérgio. **Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 53-78, 2019.

de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br> Acesso em: 16 mar. 2022.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992248/>. Acesso em: 27 Aug 2021

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline Gazola. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. 2016.

GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais**. *Revista do Serviço Público*, v. 69, p. 85-122, 2018.

GUTIERRES, Kellen Alves. **Estudo de trajetórias e interações socioestatais: mútua constituição entre movimento social e a política pública de assistência social**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 81-114, 2018.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro MERECEDORES?**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

NEGRI, Fabiana Luiza; DOS SANTOS, Maria Teresa; KRÜGER, Tânia Regina. **Atuação da/o assistente social em face da pandemia da covid19: orientações técnicas elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS**. **Florianópolis: DSS/UFSC**, 2020.

PAIVA, Luis Henrique et al. **Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à COVID-19**. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 1097-1110, 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS**. 2007

PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública**. 2020.

REIS, Gabriela Ferreira Bersan dos. **A relação entre os movimentos sociais e as instituições políticas formais: um estudo de caso sobre a# partidA/DF**. 2019.

SANGLARD, Gisele. **Filantropia e assistencialismo no Brasil**. 2003.

**SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. 2015.**

**SAYED, Samir. os efeitos das crises financeiras de 1929 e de 2008 no banco do brasil sa. História Econômica & História de Empresas, v. 19, n. 2, 2016.**